

- e) Reserva Ecológica Nacional;
- f) Reserva Agrícola Nacional;
- g) Introdução de espécies não indígenas na natureza;
- h) Eliminação de barreiras arquitectónicas;
- i) Rede Natura 2000;

#### Bibliografia:

- a) Decreto-Lei n.º 442/91, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
- b) Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto;
- c) Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro;
- d) Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro;
- e) Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e Decretos-Leis n.ºs 79/95, de 20 Abril, 203/2002, de 1 de Outubro, e 180/2006, de 6 de Setembro;
- f) Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 278/95, de 25 de Outubro;
- g) Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de Setembro;
- h) Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;
- i) Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril.

18 — Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores ficarão excluídos do concurso.

19 — A falta de comparação dos candidatos à prova escrita de conhecimentos gerais e específicos ou à entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.

20 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, da prova escrita de conhecimentos gerais e específicos e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

21 — Publicitação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves, de acordo com o previsto nos artigos 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e notificados os candidatos, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 40.º deste diploma legal.

22 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente.

1.º vogal efectivo — Arquitecto João Manuel Mendonça Cavaco Matias, chefe da Divisão de Gestão Urbanística, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efectivo — Arquitecta Maria Helena Lamy Figueiras Santos, técnica superior assessora da carreira de arquitectura.

1.º vogal suplente — Arquitecta Ana Isabel Lopes Guerreiro, técnica superior de 1.ª classe da carreira de arquitectura.

2.º vogal suplente — Engenheiro José Vilarinho Mascarenhas Figueira Santos, director do Departamento de Obras Municipais, Equipamento e Ambiente.

23 — Regime de estágio:

23.1 — O júri de estágio terá a mesma composição do júri do concurso, caso não venha a ser decidida a revisão da sua composição.

23.2 — O estágio, com a duração de seis meses, tem carácter probatório e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugadas com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

23.3 — Findo o período de estágio, o estagiário é avaliado pelo respectivo júri e se nessa avaliação obtiver classificação não inferior a *Bom* (14 valores) será provido, a título definitivo, nas respectivas carreiras.

7 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611047865

## CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### Aviso n.º 17 994/2007

Faz-se público, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que foram celebrados com os trabalhadores abaixo referidos, e para as funções, remunerações e prazos indicados, os seguintes contratos:

Para vigilante/auxiliar, auferindo a remuneração mensal de € 405,17, pelo prazo de três meses, a partir de 22 de Junho de 2007, com Liliãna Marina Cardoso Rodrigues, Liliãna Maria das Neves

Coruche Branco, Ângela Patrícia Fernandes Amaral, Maria de Lurdes Barradas, Marta Filipa da Costa Santos, Anabela Gomes Teixeira, Maria da Conceição Amaral, Rosa Maria Oliveira Parente e Sílvia da Conceição Parente Longa.

Com fundamento no mesmo diploma, foram renovados com os trabalhadores abaixo referidos, e para as funções e remunerações indicadas, os prazos dos seguintes contratos:

Para agente educativa, auferindo a remuneração mensal de € 325,10, pelo prazo de mais um ano, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Tânia Maria Amaral de Sousa.

Para agente educativa, auferindo a remuneração mensal de € 325,10, pelo prazo de mais 16 meses, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Ana Marisa Pereira Macedo e Filipa Daniela Macedo Cardoso.

Para auxiliar de ensino especial, auferindo a remuneração mensal de € 463,99, pelo prazo de mais três anos, a partir de 1 de Outubro de 2007, com Glória de Jesus Fernandes Morais.

Para motorista, auferindo a remuneração mensal de € 463,99, pelo prazo de mais 29 meses, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Gonçalo Frederico Sousa Costa.

Para assistente administrativo, auferindo a remuneração mensal de € 650,23, até 7 de Maio de 2010 e a partir de 1 de Agosto de 2007, com Dina Sofia Caseiro Castro.

Para assistente administrativo/professora de inglês, auferindo a remuneração mensal de € 650,23, pelo prazo de mais 15 meses, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Mónica Paula da Costa Carvalho.

Para agente educativa, auferindo a remuneração mensal de € 325,10, pelo prazo de mais 19 meses, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Anabela Soeiro Pereira.

Para auxiliar de serviços gerais, auferindo a remuneração mensal de € 418,24, pelo prazo de mais 29 meses, a partir de 1 de Agosto de 2007, com Cristina Maria Martins Sousa.

Para agente educativa, auferindo a remuneração mensal de € 325,10, pelo prazo de mais 19 meses, a partir de 1 de Agosto de 2006 e até 29 de Fevereiro de 2008, com Liliana Alexandra Monteiro Sousa, Inês Fabiana Oliveira Santos, Cristiana da Silva Sousa e Cláudia Marina Soeiro Santana. O que neste aviso se refere a Liliana Alexandra Monteiro Sousa, Inês Fabiana Oliveira Santos, Cristiana da Silva Sousa e Cláudia Marina Soeiro Santana substitui, na parte que lhes diz respeito, o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, parte especial, de 5 de Dezembro de 2006.

5 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Carlos Pinto dos Santos*.

2611047945

## CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

### Aviso n.º 17 995/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 12 de Setembro de 2007, foi nomeada a candidata Susana Isabel Pacheco Rodrigues, aprovada no concurso externo de ingresso, para uma vaga de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior (licenciatura em educação física e desporto).

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a candidata tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12 de Setembro de 2007. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel dos Santos Baracho*.

2611048003

## CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

### Aviso n.º 17 996/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Setembro corrente, nomeei o funcionário Licínio Crispim Gaspar Monteiro no lugar de técnico profissional de 1.ª classe — fiscal municipal, na sequência de concurso aberto por aviso desta Câmara Municipal de 29 de Maio de 2007, em virtude de o mesmo se encontrar dentro do seu prazo de validade.

O interessado deverá aceitar o referido lugar no prazo de 20 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

2611047745